

ESTUDO TÉCNICO
N.º 08/2016

Programa Bolsa Verde - estratégia avaliativa e primeiros resultados acerca do desenho, perfil dos beneficiários e percepções de gestores do programa

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Estudo Técnico

Nº 08/2016

Estratégia avaliativa e primeiros resultados acerca do desenho, perfil dos beneficiários e percepções de gestores do programa Bolsa Verde

Equipe Responsável

Marco Antonio Carvalho Natalino

Feruccio Branco Bilich

Luzia Maria Cavalcante de Melo

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS nas esferas federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados a sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Com vistas em ampliar os níveis de discussão a respeito da política social brasileira, ambiciona-se transformar estes Estudos em artigos para publicação na Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outras revistas técnicas-científicas de repercussão.

Palavras-chave: *Brasil sem Miséria; Estudos Avaliativos; Bolsa Verde; Conservação Ambiental; Transferência de Renda*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1501 | Fax: 2030-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

INTRODUÇÃO

Conservação ambiental e erradicação da pobreza são duas condições indispensáveis para o desenvolvimento sustentável. Nesta direção, foi criado um programa pioneiro ao unir a dimensão social e ambiental: o Programa Bolsa Verde, que busca combater a pobreza em áreas rurais ao mesmo tempo em que incentiva a conservação dos recursos naturais, reduzindo assim o desmatamento e a degradação dos ecossistemas.

Contudo, apesar do esforço do Programa Bolsa Verde com vistas a reduzir a extrema pobreza e auxiliar na conservação ambiental, poucos estudos foram feitos para avaliar esta iniciativa. Para tanto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), em parceria com a Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), deu início a uma série de investigações com o objetivo de melhor compreender diversas dimensões do programa. Em conjunto, estas investigações compõem aquilo que pode se referir como estratégia avaliativa do Programa Bolsa Verde.

Em suma, a estratégia avaliativa envolve a organização e análise de dados administrativos do programa e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, com o intuito de traçar o perfil dos beneficiários e possíveis efeitos do programa; a análise de fontes de dados secundárias advindas de estudos anteriores, tais como o Monitoramento Amostral realizado pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CIEDS/UFRRJ, 2015) e o questionário eletrônico aplicado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com gestores de áreas atendidas pelo programa, com o intuito de incorporar conhecimentos já produzidos à estratégia avaliativa e subsidiar o desenho de novas pesquisas; e a realização de estudos *in loco*, com recurso ao método etnográfico, objetivando levantar informações que possam subsidiar a compreensão das formas de implementação do Programa Bolsa Verde em diferentes unidades territoriais, em especial para que se entenda o papel do mesmo no que tange à conservação ambiental das áreas onde se encontram os beneficiários.

O presente Estudo Técnico apresenta resultados para dois tópicos relevantes à avaliação do programa: o perfil dos beneficiários do Bolsa Verde e as percepções dos gestores do programa em áreas sob responsabilidade do ICMBio. Com relação às percepções dos gestores, embora os dados tenham sido coletados em 2014, os mesmos ainda não tinham sido tabulados e

analisados. Trata-se, portanto, de divulgação inédita de resultados de pesquisa. No caso da análise do perfil dos beneficiários, embora estudos anteriores tenham apresentado resultados sobre o mesmo tópico, a amplitude das informações aqui analisadas também é inédita.

1. O Programa

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde é um programa de transferência de renda com condicionalidades socioambientais, implantado no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (BSM) em 2011 (Cabral et al., 2014). Ele integra o eixo de Inclusão Produtiva Rural do BSM e tem como público-alvo famílias em extrema pobreza que desenvolvem atividades de conservação ambiental em áreas com relevantes ativos e recursos naturais.

A Lei nº 12.512/2011 e o Decreto nº 7.572/2011 são as principais normativas que regulam seu funcionamento. Os objetivos específicos do programa são:

- Incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;
- Promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas; e
- Incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

A partir dos dados de Censo Demográfico de 2010, que forneceu importantes subsídios para a elaboração e orientação das ações do BSM, verificou-se que grande proporção das pessoas em situação de extrema pobreza viviam em áreas rurais (46,7%), e que parte dessa população desenvolvia atividades de conservação em áreas com relevantes ativos ambientais.

A concepção do Programa Bolsa Verde surgiu durante a elaboração do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). De janeiro a junho de 2011, equipes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Casa Civil (CC) se reuniram para preparar um projeto. Durante seis meses as equipes se

dedicaram a analisar as políticas públicas já existentes de combate à pobreza, propondo maneiras de aperfeiçoá-las e novas ações a serem incluídas.

Para elaborar um plano efetivo de combate à pobreza foi necessário levar em conta diversos fatores que poderiam condicionar a situação de pobreza: as diferentes regiões do país, as diferenças de oportunidades de trabalho e acesso a serviços em áreas rurais e urbanas, os públicos de cada localidade, entre outros. Na construção do plano de atuação do BSM, foi verificado que, apesar de apenas 15,6% da população brasileira residir em áreas rurais, ainda há aproximadamente 7,5 milhões de pessoas extremamente pobres nessas áreas, ou seja, quase metade das pessoas em situação de extrema pobreza (46,7%) está no campo¹.

Ao analisar as áreas rurais do país, foram identificadas populações que, pela sua renda, são consideradas pobres ou extremamente pobres, que vivem em áreas conservadas e que contribuem para a manutenção de seus recursos naturais. Este foi o indicativo do potencial de realização de uma nova política pública, específica para essas famílias, trazendo uma inovação: aliar a transferência de renda com conservação ambiental, contribuindo financeiramente com as famílias em vulnerabilidade econômica que se comprometem a fazer o uso sustentável dos recursos naturais.

Parte das famílias rurais em situação de extrema pobreza vive em territórios inscritos como florestas públicas comunitárias ou destinados a povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

De acordo com a legislação brasileira, a gestão de florestas públicas para produção sustentável, visando à conservação e à geração de renda, deve-se dar, dentre outras formas, por meio de sua destinação às comunidades locais, entendidas como os povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária².

Nesse sentido, o Governo Federal tem realizado um grande esforço em destinar áreas de florestas públicas a estas famílias por meio da criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, de Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados, de Terras Indígenas, da titulação em favor das comunidades remanescentes de quilombos e do reconhecimento das áreas de ribeirinhos agroextrativistas.

¹ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016

² Termos do art. 4º da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006

Segundo dados de 2010 do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP/SFB/MMA), tais áreas de florestas públicas comunitárias representam 62% das florestas públicas brasileiras cadastradas, equivalendo a 128,2 milhões de hectares, distribuídas da seguinte forma: 76% por Terras Indígenas, 17% por Unidades de Conservação de Uso Sustentável e 7% pelos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados. Em tais áreas encontram-se 213 mil famílias e aproximadamente 1,5 milhões de indivíduos. Essas famílias rurais são, portanto, grandes responsáveis pela conservação dos ecossistemas associados a suas áreas, sendo atores decisivos para a conservação ambiental no país³.

A implementação do Bolsa Verde teve início na Amazônia Legal, região Norte do país, onde foi identificada a maior concentração de áreas de conservação ambiental federais e com o maior público elegível. O primeiro levantamento, avaliação e cadastramento das famílias como beneficiárias foi realizado durante os meses de julho a setembro de 2011, sendo priorizadas famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Na primeira etapa do Bolsa Verde (de junho a dezembro de 2011) foram inseridas, no Programa, mais de 17 mil famílias em 33 Unidades de Conservação e 140 Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados localizados na Amazônia, abrangendo uma área total de aproximadamente 11,3 milhões de hectares.

O Programa Bolsa Verde foi concebido com vistas a atender a um público específico, de modo que, para se tornar beneficiária, uma família precisa atender a alguns critérios sociais: ter sido inscrita no Cadastro Único para Programas sociais (CadÚnico), estar em situação de extrema pobreza e, somente para entrada no programa, ser beneficiária do Bolsa Família. A verificação do perfil social das famílias é feita através do cruzamento das bases de dados dos órgãos gestores (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ICMBio e Secretaria de Patrimônio da União (SPU)) das áreas indicadas ao Bolsa Verde com o Cadastro Único.

O Programa prevê transferência de renda no valor de R\$ 300,00 a cada 3 meses, para famílias em situação de extrema pobreza, definida no Plano Brasil Sem Miséria como aquelas com renda per capita de até R\$ 77,00 ao mês, estando a transferência condicionada à conservação e uso sustentável dos ativos ambientais que acessam. Após a verificação dos critérios sociais e

³ Fonte: Nota Técnica – Histórico do Programa Bolsa Verde, 2015.

ambientais, a família deverá assinar o Termo de Adesão do Programa Bolsa Verde, por meio do qual manifestará o interesse em se tornar beneficiária do Programa e assumirá, como contrapartida, o compromisso de desenvolver atividades de conservação e uso sustentável, em conformidade com as normas de uso e gestão dos recursos ambientais da área onde vive.

Além dos requisitos sociais às famílias, existem também critérios aplicados às áreas do Programa. Para que a localidade esteja habilitada ao Bolsa Verde, esta deve apresentar cobertura vegetal em conformidade com a legislação e possuir algum instrumento de gestão que regulamenta o uso dos recursos naturais. Caso a área não atenda a essas duas condições, verificadas por meio de diagnóstico ambiental, não poderá ser contemplada no Programa.

Todas as áreas contempladas pelo programa têm a cobertura vegetal monitorada anualmente através de imagens de satélites. Este é um dos instrumentos utilizados para acompanhar o cumprimento das condições ambientais pelas famílias, identificar áreas críticas e medir o impacto do Bolsa Verde sobre a conservação dos ativos ambientais (MDS, 2015).

As áreas passíveis de serem atendidas são:

1) Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Reservas Extrativistas Federais (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (Flona) - sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

2) Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária - sob a Gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projetos de Assentamentos Florestais (PAFs) e

3) Territórios da União ocupados por ribeirinhos – sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG).

Dado o desenho do programa, resumido nos parágrafos anteriores, observa-se que sua implementação envolve, entre outras atividades: localização e inclusão de famílias potencialmente beneficiárias; pactuação com os requerentes de compromissos socioambientais localmente definidos; gestão de sistemas de cadastro e pagamento de benefícios monetários; e o acompanhamento das famílias beneficiárias, em particular de suas

práticas socioambientais, de forma integrada ao monitoramento e à gestão dos territórios de preservação nos quais estas vivem.

Levantamento sistemático apontou que o Programa ainda é, como um todo, pouco estudado, e que os estudos já realizados, bem como os projetos de pesquisa em andamento focam-se em dois tipos: (1) na análise de seu desenho à luz de aspectos conceituais da política pública e da questão ecológica, de sua criação como exemplo de ativismo burocrático (Abers, 2015) e de seu arranjo institucional (Coutinho, 2014) e (2) estudo de dados administrativos secundários relativos à execução do programa (Simão et al., 2013; Viana, 2013), ao perfil dos beneficiários (BRASIL, 2015), ou mesmo dados georeferenciados de cobertura vegetal das áreas (Campagnoli, 2013)⁴.

Neste contexto, é importante ressaltar a necessidade de mais estudos que captem as percepções dos próprios gestores locais acerca do programa, o que pode revelar problemas comuns a sua implementação, bem como boas práticas adotadas localmente com potencial de disseminação. Nota-se, ainda, a necessidade de atualizar e aprofundar estudos acerca do perfil dos beneficiários, considerando a expansão territorial das áreas atendidas pelo programa e mesmo a esperada alteração nas condições de vida das famílias atendidas ao longo do tempo. Falta para a melhor compreensão do Bolsa Verde, a realização de uma pesquisa avaliativa focada em sua implementação, que capte sistematicamente as formas como o programa é efetivamente executado na ponta, visando o seu aprimoramento.

2. Programa Bolsa Verde: perfil dos beneficiários a partir dos dados do Cadastro Único

No âmbito do Programa Bolsa Verde (PBV), compete ao MDS, entre outras coisas, fornecer informações técnicas necessárias à implementação do Programa, no que lhe couber, e acompanhar os resultados do Programa conforme sistemática de monitoramento e avaliação⁵. Nesse sentido, esta seção tem o objetivo de mostrar um perfil socioeconômico dos beneficiários do PBV a partir dos dados obtidos CadÚnico. São apresentados números sobre a

⁴ A revisão da bibliografia disponível envolveu tanto a consulta direta a técnicos e gestores do Programa Bolsa Verde na SESEP/MDS, no MMA, no ICM-Bio, no INCRA e na SPU/MPOG quanto a busca em três bases virtuais: a plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>), que permitiu não apenas a localização de bibliografia, mas também de pesquisadores com projetos de pesquisa em andamento, a plataforma SciELO (www.scielo.org) e a plataforma Google Acadêmico (scholar.google.com.br).

⁵ Artigo 12 do Decreto nº 7572/2011.

distribuição territorial dos beneficiários, suas características pessoais, familiares e condições domiciliares.

As informações sobre identificação dos beneficiários do PBV, as Unidades de Territoriais (UT) onde estão localizados, bem como as Unidades da Federação, biomas e órgãos gestores dessas unidades foram obtidas do Relatório Bolsa Verde, disponível através do site do Ministério do Meio Ambiente⁶. Como uma das condições para ser beneficiário do PBV é estar inscrito no CadÚnico⁷, o Relatório Bolsa Verde disponibiliza, no rol de informações que identificam o beneficiários, o número de Número de Inscrição Social (NIS) destes, o que possibilitou a localização na base de dados daquele Cadastro.

Os dados aqui apresentados são de julho de 2015. Nesta data, havia 71.609 responsáveis familiares beneficiários – o que corresponde ao número de famílias beneficiadas diretamente pelo Programa – distribuídos em 1.014 UT, que estão em 721 municípios de 26 Unidades da Federação. Contudo, observa-se uma concentração de cerca de 80% dos beneficiários em apenas três estados, sendo que 60,9% estão no Pará, 10,3% estão no Amazonas e 8,6% na Bahia (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição dos Responsáveis Familiares beneficiários do Programa Bolsa Verde por Unidade da Federação

	Quantidade de Beneficiários	Distribuição (%)
Pará	43.583	60,9
Amazonas	7.365	10,3
Bahia	6.194	8,6
Acre	2.193	3,1
Minas Gerais	2.111	2,9
Maranhão	2.011	2,8
Tocantins	1.923	2,7
Alagoas	1.485	2,1
Amapá	1.060	1,5
Goiás	940	1,3
Paraíba	807	1,1
Paraná	538	0,8
Piauí	506	0,7
Pernambuco	349	0,5

⁶ <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>

⁷ Inciso II, do Artigo 6º do Decreto nº 7572/2011.

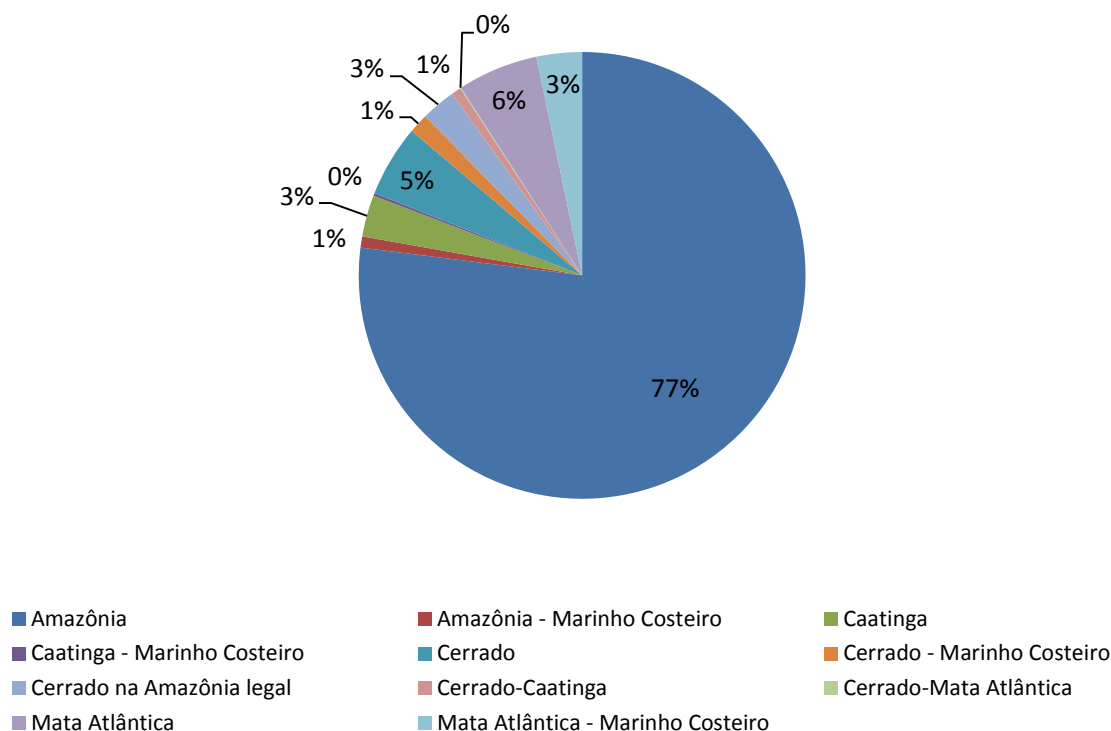
Ceará	148	0,2
Rondônia	141	0,2
Sergipe	95	0,1
Espírito Santo	64	0,1
Rio de Janeiro	42	0,1
São Paulo	28	0,0
Distrito Federal	14	0,0
Roraima	4	0,0
Rio Grande do Norte	3	0,0
Santa Catarina	2	0,0
Mato Grosso do Sul	1	0,0
Mato Grosso	1	0,0
Total	71.609	100,0

Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

2.1. Perfil das áreas de conservação

Um dos objetivos do PBV é incentivar a conservação dos ecossistemas, através de sua manutenção e uso sustentável por parte daqueles que exercem atividades que se utilizam de recursos naturais em Unidades Territoriais predefinidas pelo Programa. Sendo assim, é possível observar a presença de beneficiários do Programa em 11 biomas, havendo, no entanto, uma forte concentração (77%) no bioma Amazônia, seguido pelos biomas Mata Atlântica (6%) e Cerrado, (5%) – Gráfico 1.

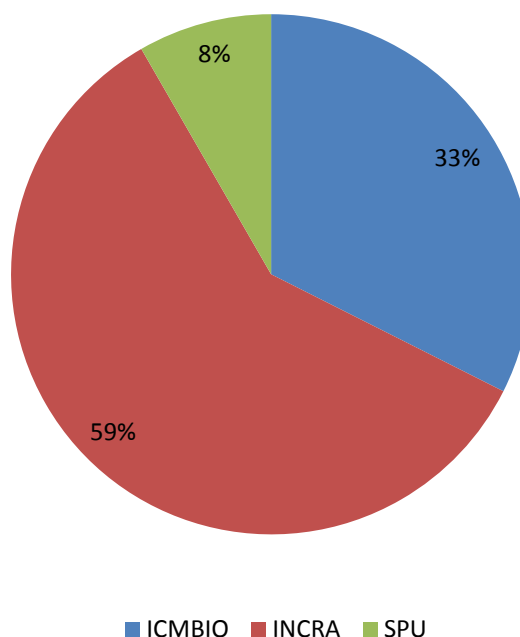
Gráfico 1 - Distribuição dos beneficiários do PBV por bioma



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Cada uma dessas Unidades possui um órgão gestor que, em sua totalidade, estão distribuídas da seguinte forma: as Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas Federais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais – geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e representam 33% das áreas beneficiárias do PBV –; os Projetos de Assentamento Florestal, Projetos de Desenvolvimento Sustentável ou Projetos de Assentamento Agroextrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – geridos pelo próprio INCRA e somam 59% das áreas cobertas pelo Programa –; e as demais áreas (8%) são geridas pela Secretaria do Patrimônio da União (Gráfico 2).

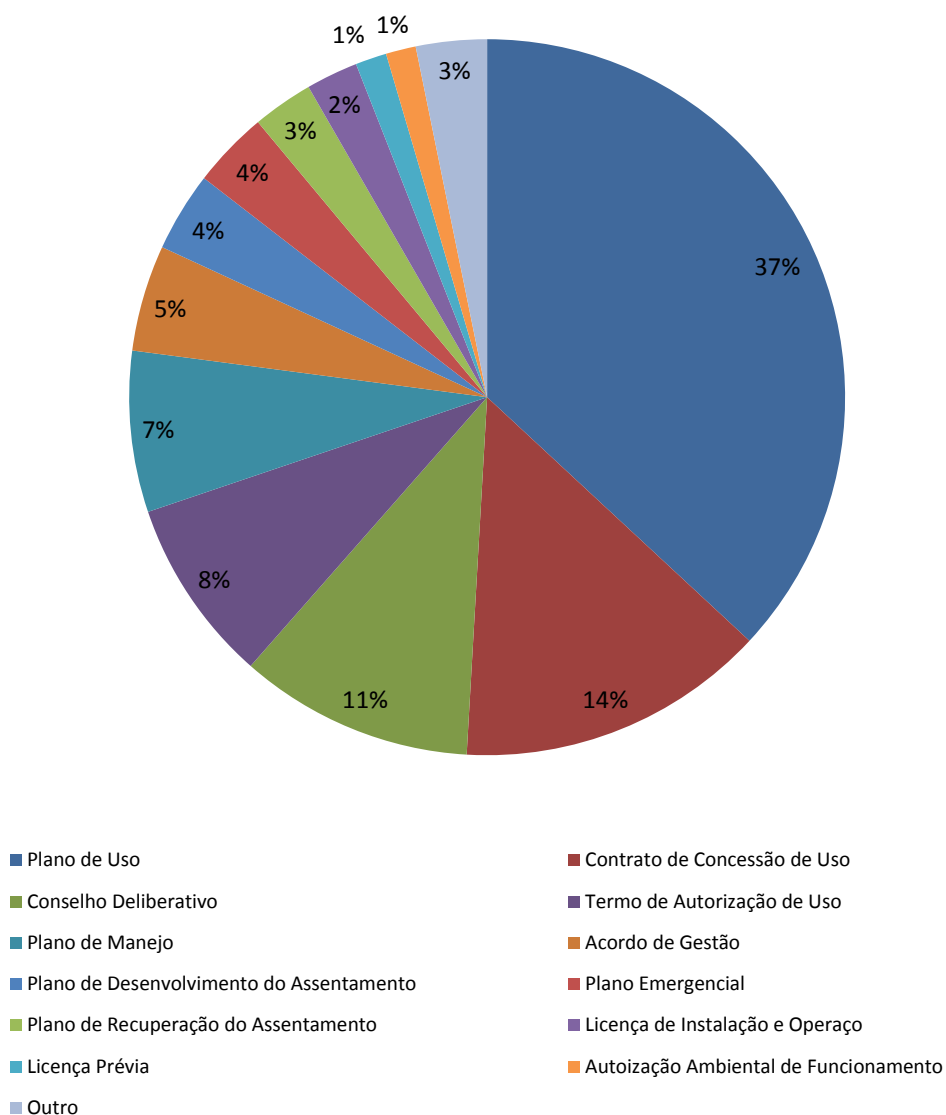
Gráfico 2 - Distribuição dos beneficiários do PBV por Órgão Gestor



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Ainda de acordo com o Artigo 5º, § 5º, do Decreto nº 7572/2011, serão priorizadas, para serem beneficiárias do PBV, áreas que apresentem instrumentos de gestão ou regularização reconhecidos pelos órgãos gestores das áreas em questão. O Relatório Bolsa Verde registra 26 tipos de instrumentos de gestão existentes nas áreas onde há beneficiários do PBV. O principal Instrumento de Gestão, presente em 37% das Unidades de Conservação, são os Planos de Uso. Os demais Instrumentos de Gestão que aparecem com mais frequência são, respectivamente: Contrato de Concessão de Uso (14%), Conselho Deliberativo (11%), Termo de Autorização de Uso (8%) e Plano de Manejo (7%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição dos beneficiários por instrumento de gestão da área



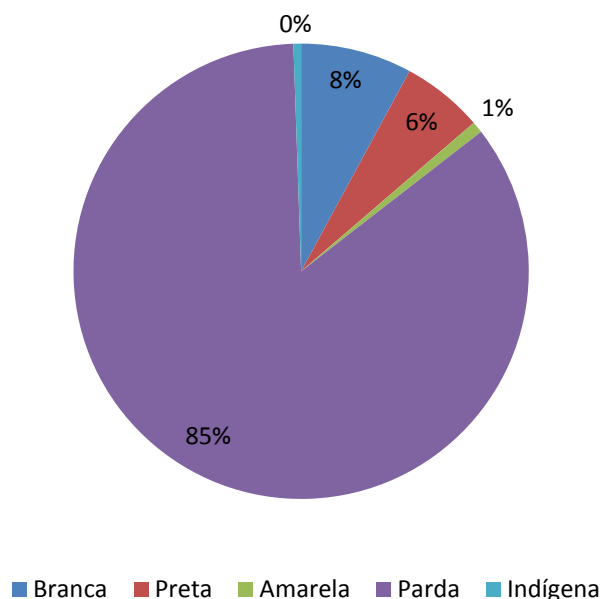
Fonte: MMA e CadÚnico (2015)

2.2. Características dos beneficiários

Em relação às características pessoais dos beneficiários, observa-se que 88% destes são mulheres. Tal concentração de beneficiárias mulheres está relacionada ao fato de que são priorizadas as famílias que, no momento da adesão, forem beneficiárias do PBF, que em tem, em sua maioria, a mulher como representante familiar.

Em relação à raça/cor, 85% dos beneficiários do Programa Bolsa Verde se declaram como pardos (Gráfico 4).

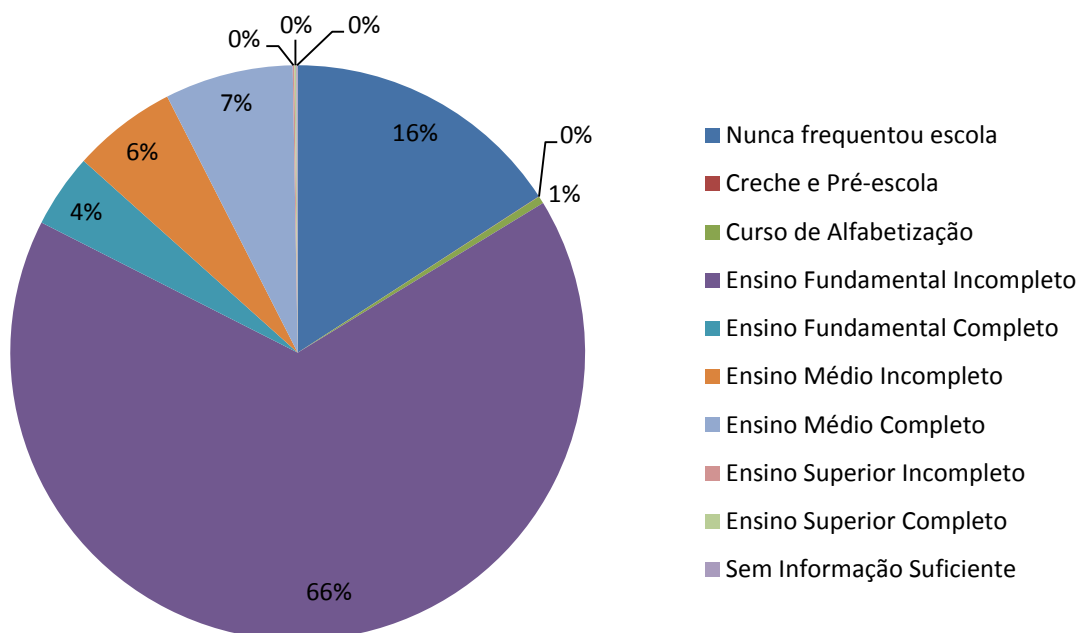
Gráfico 4 - Distribuição dos beneficiários do PBV, segundo cor



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Em relação à alfabetização, os dados do CadÚnico mostram que 85% dos beneficiários do PBV sabem ler e escrever. Já em relação aos níveis de escolaridade (Gráfico 5), 16% declararam que nunca frequentou escola, e 66% possuem Nível Fundamental Incompleto.

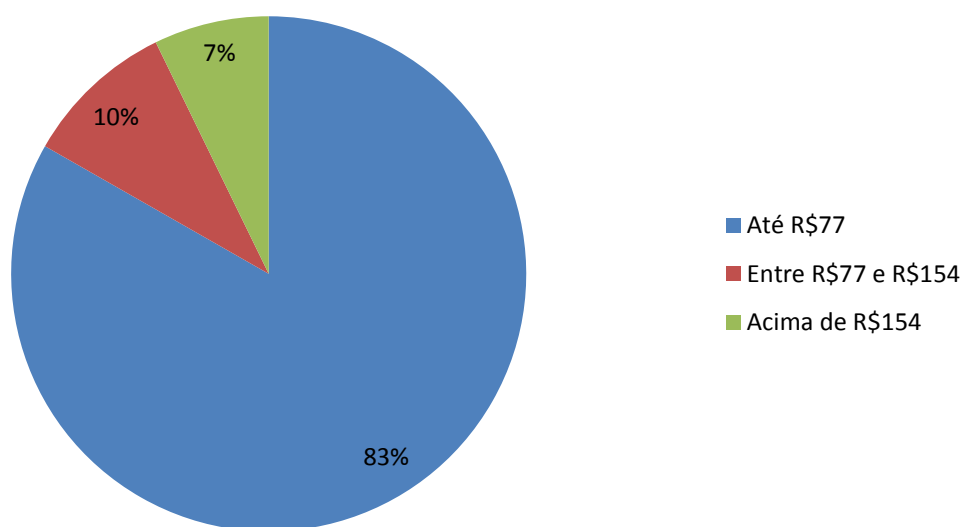
Gráfico 5 - Distribuição dos beneficiários do PBV, segundo grau de escolaridade



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

O Programa Bolsa Verde é destinado a famílias em situação de extrema pobreza. De acordo com o decreto que rege o Programa, considera-se em situação de extrema pobreza a família com renda per capita mensal definida no parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria. Assim, 83% dos beneficiários do PBV possuem renda domiciliar per capita de até R\$77, 10% estão em domicílios com renda per capita entre R\$77 e R\$154, e apenas 7% estão na faixa de renda domiciliar per capita acima de R\$154 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Distribuição dos beneficiários do PBV, segundo faixa de renda

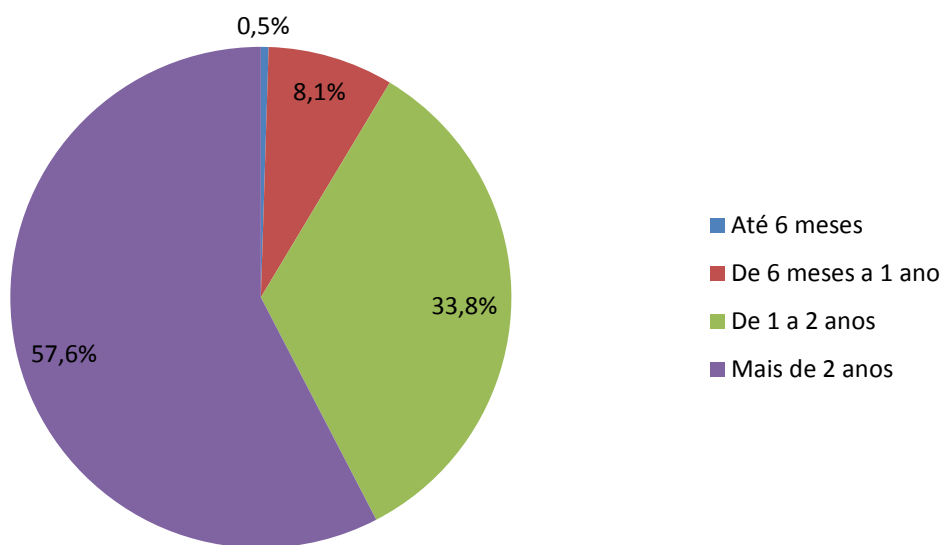


Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

O decreto que institui o Programa Bolsa Verde prevê também que serão priorizadas as famílias que, no momento da adesão, forem beneficiárias do Programa Bolsa Família (Artigo 6º, §1º). Desta forma, os dados mostram que 92% dos beneficiários do Bolsa Verde são também beneficiários do Bolsa Família.

A transferência de recursos do Programa Bolsa Verde é realizada por um prazo de dois anos, podendo ser renovada. Assim, até a data em que foram coletados os dados aqui apresentados, 58% dos beneficiários do PBV estavam no Programa há mais de dois anos e 34% tinham um tempo de exposição ao Programa entre 1 e 2 anos (Gráfico 10).

Gráfico 7 - Tempo médio de exposição ao Programa

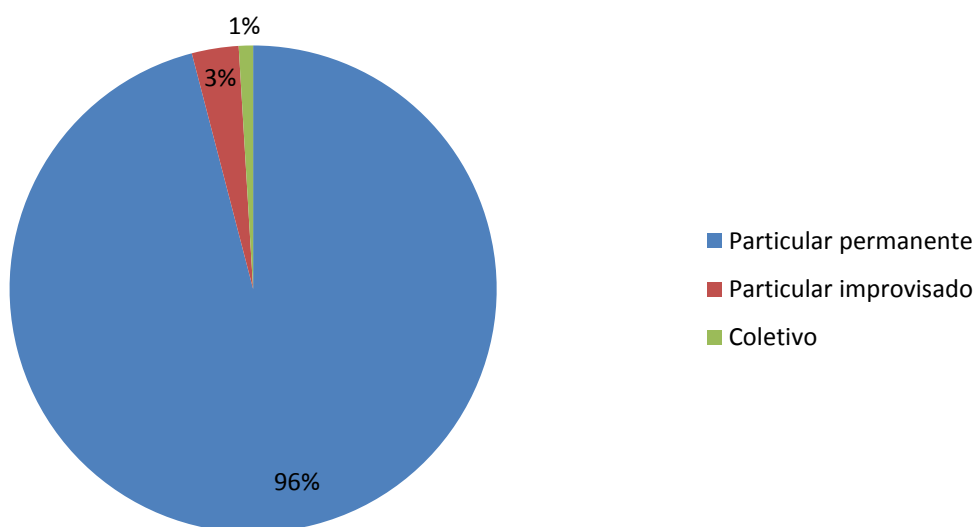


Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Em relação às condições domiciliares dos beneficiários do PBV, os dados mostram que 79% destes vivem em áreas rurais e 21% em áreas urbanas (Gráfico 11).

A grande maioria destes beneficiários mora em domicílios particulares permanentes (96%), e a apenas 4% moram domicílios improvisados ou coletivos (Gráfico 8).

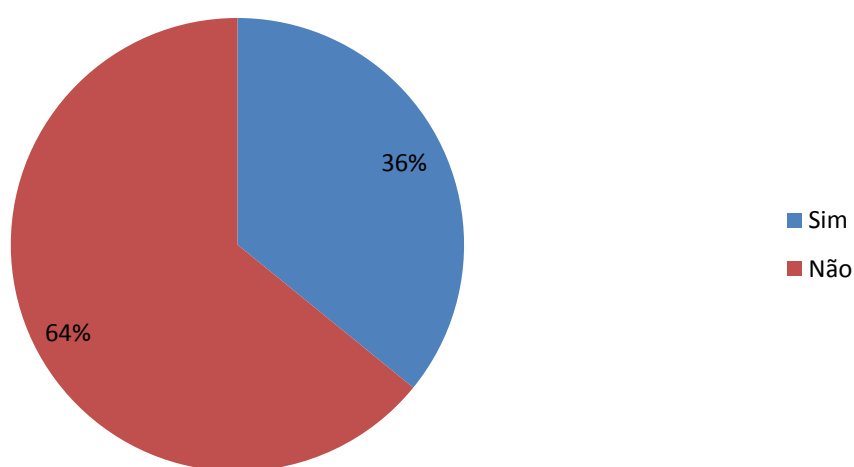
Gráfico 8 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo espécie do domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

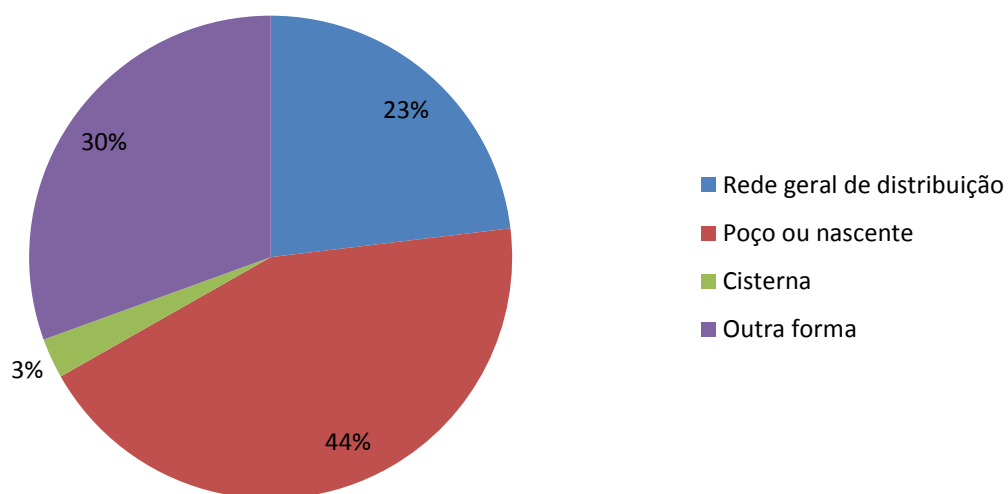
Na questão do abastecimento de água, 64% dos beneficiários do PBV moram em domicílios que não possuem água canalizada (Gráfico 9). Apenas 23% estão em domicílios que cujo abastecimento de água é por rede geral de distribuição, 44% são abastecidos por poços ou nascentes, 3% possuem cisterna e 30% têm seu abastecimento feito por outras formas (Gráfico 10).

Gráfico 9 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo existência de água canalizada no domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

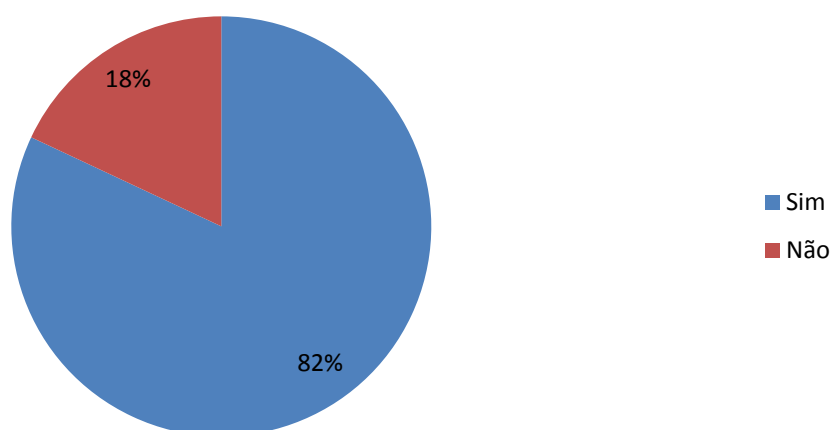
Gráfico 10 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo a forma de abastecimento de água do domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

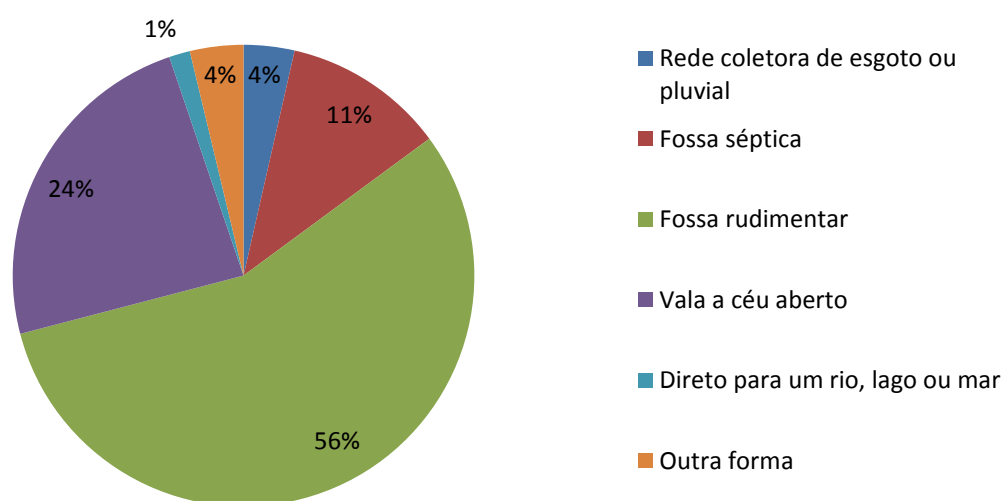
Grande parte dos beneficiários do PBV (82%) reside em domicílios que possuem banheiro (Gráfico 11), contudo apenas 4% possuem escoamento sanitário ligado à rede coletora de esgoto ou pluvial. A grande maioria, 56%, está em domicílios com escoamento para fossa rudimentar e 24% possuem escoamento para vala a céu aberto (Gráfico 12).

Gráfico 11 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo existência de banheiro no domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

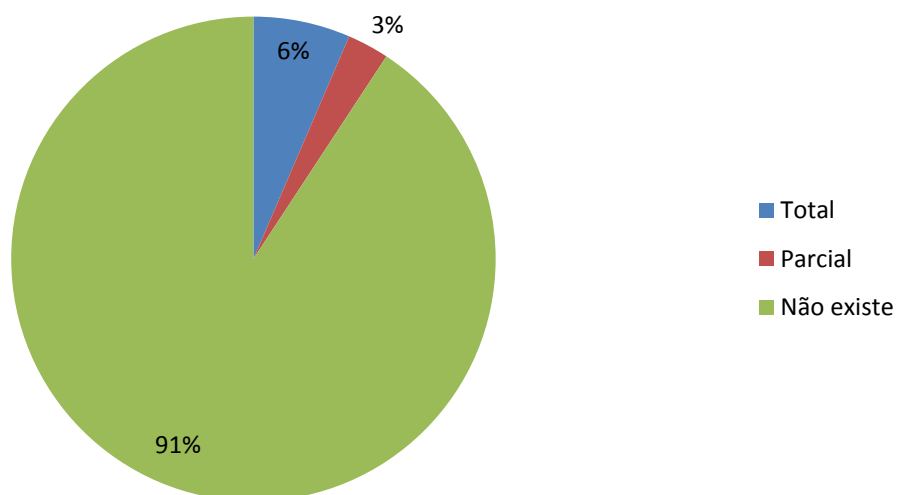
Gráfico 12 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo forma de escoamento sanitário do domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Para 91% dos beneficiários do PBV não existe calçamento na rua onde se encontram seus domicílios. Apenas 6% dos beneficiários estão em domicílios onde a rua possui calçamento (Gráfico 13).

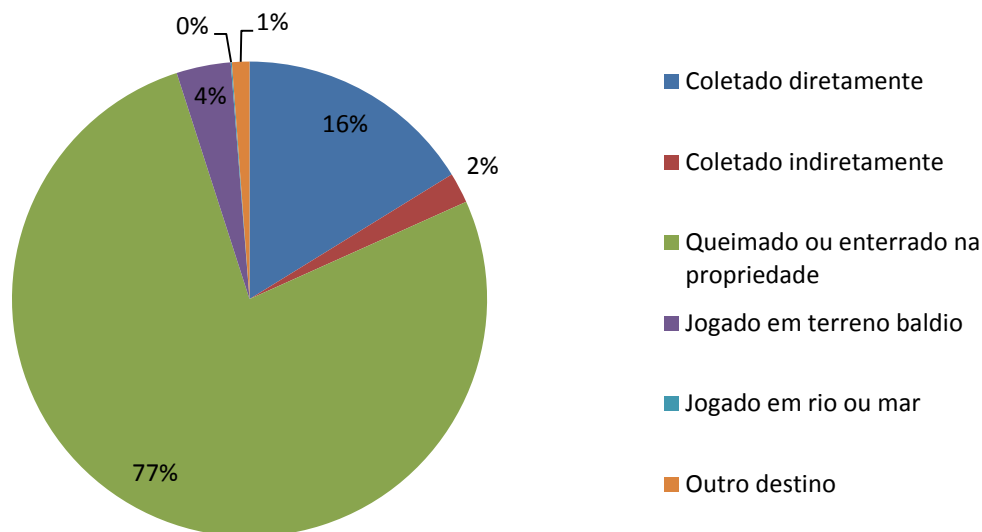
Gráfico 13 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo existência de calçamento



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Em relação ao destino do lixo produzido nos domicílios dos beneficiários, 77% declararam queimar ou enterrar o lixo na propriedade. Apenas 16% dos beneficiários possuem o lixo coletado diretamente e 2% coletado indiretamente (Gráfico 18).

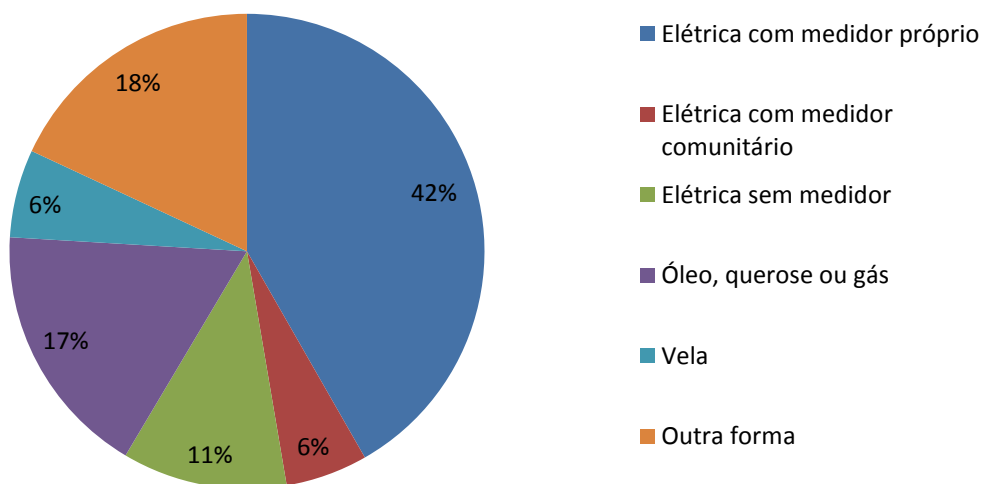
Gráfico 14 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo forma de destino do lixo no domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Para 42% dos beneficiários a iluminação do domicílio é elétrica com medidor próprio. Mas uma parcela expressiva está em domicílios com iluminação feita de forma precária: 17% possui domicílio iluminado por óleo, querosene ou gás; 6% estão em domicílios iluminados por velas e 18% possuem iluminação por outras formas (Gráfico 15).

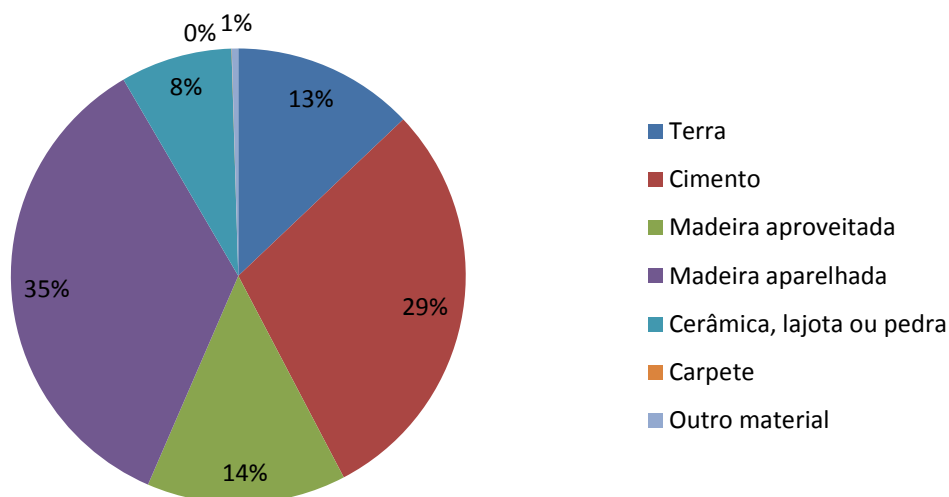
Gráfico 15 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo tipo de iluminação do domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Por fim, em relação ao material predominante no piso dos domicílios dos beneficiários do PBV, 35% possuem piso de madeira aparelhada, 29% possuem piso de cimento, 14% piso de madeira aproveitada e 13% estão em domicílios com piso de terra (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Distribuição dos beneficiários do PBV segundo material predominante do piso do domicílio



Fonte: MMA e CadÚnico (2015).

Os dados aqui apresentados permitiram conhecer o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Verde. Conhecer o público beneficiário de um programa de social – suas características individuais, econômicas e sociais – é fundamental para o sucesso na focalização e condução do Programa e, conseqüentemente, para atingir os objetivos e metas a que se propõe.

2.3. Comparativo do perfil dos beneficiários do programa Bolsa Verde com pessoas cadastradas no Cadastro Único

Como uma das exigências para ser beneficiário do PBV é estar no Cadastro Único para Políticas Sociais do Governo Federal, as informações aqui apresentadas são provenientes deste Cadastro, o que permitiu não só identificar e traçar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Verde – saber como e onde vivem e sua condição socioeconômica –, como também compará-los com o grupo de pessoas cadastradas no CadÚnico de uma maneira geral. Os dados revelam que, apesar dos beneficiários do PBV terem perfil para o CadÚnico, ao

mesmo tempo eles compõem um grupo com características que o tornam um grupo específico em relação aos cadastrados como um todo.

Em 2015, o CadÚnico possuía um total de 26.989.225 famílias cadastradas⁸, enquanto o PBV possuía cerca de 72 mil famílias beneficiárias, o que representa menos de 1% do total das famílias que compõem o CadÚnico. Os beneficiários estão concentrados na Região Norte (cerca de 75%) e no bioma Amazônia, ao passo que, a Região Norte como um todo possui apenas 10,3% dos cadastrados. Isso também pode explicar outra discrepância entre o grupo beneficiário do PBV e os Cadastrados de modo geral: 51% das famílias cadastradas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, enquanto entre as famílias beneficiárias do PBV esse percentual é de 92%. A tabela 1 sintetiza essas informações:

O perfil das condições domiciliares dos beneficiários do PBV também revelou especificidades deste grupo em relação aos Cadastrados. Uma das diferenças mais expressivas é em relação ao local do domicílio⁹. Do total de famílias no Cadastro Único, 22% residem em área rural; já dentre as famílias beneficiárias do PBV, 79% possuem domicílio localizado em área rural. Como as áreas rurais, de maneira geral, possuem menos infraestrutura do que as áreas urbanas, isto se reflete em outras diferenças nas condições domiciliares entre esses dois grupos. Por exemplo, analisando a forma de escoamento sanitário dos domicílios, nota-se que 43% das famílias do CadÚnico estão em domicílios com escoamento adequado, a saber, rede coletora de esgoto ou pluvial. Já dentre os beneficiários do PBV, apenas 4% possuem rede coletora de esgoto. Por outro lado, 24% dos beneficiários do PBV possuem vala a céu aberto como forma de escoamento, enquanto entre os cadastrados este percentual é de apenas 3%.

Diferenças expressivas entre beneficiários do PBV e o CadÚnico em geral também são observadas em relação à forma de abastecimento de água dos domicílios: 49% dos domicílios cadastrados possuem abastecimento através de Rede Geral, enquanto 23% dos beneficiários do PBV usufruem dessa forma de abastecimento. Aproximadamente 60% dos domicílios do CadÚnico possuem lixo coletado diretamente. Dentre os beneficiários do PBV, apenas 16% dos domicílios possuem coleta direta de lixo; em sua maioria (77% dos domicílios), o lixo é queimado ou enterrado na propriedade. Em relação à forma de iluminação, 68% dos domicílios no CadÚnico possuem energia elétrica como medidor próprio, já no grupo de

⁸ As informações sobre a totalidade dos cadastrados no CadÚnico foram obtidas do Data CAD, na plataforma DataSocial, no endereço: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4

⁹ Informações sobre o local de domicílio das famílias cadastradas no CadÚnico estão no endereço: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmpls/simulacao/mipainelDev/miv/miv.php>

beneficiários do PBV 42% dos domicílios dispõem dessa forma de iluminação. A tabela 2 sintetiza essas informações:

Assim, mais do que conhecer as características dos beneficiários do Programa Bolsa Verde, as informações aqui apresentadas revelaram que este grupo, embora com perfil para estar no Cadastro Único, constitui um subgrupo específico. Tal especificidade reside no fato de que, de uma forma geral, os beneficiários do Bolsa Verde possuem condições de vida mais precárias do que o conjunto dos indivíduos do CadÚnico.

3. Percepção de gestores de unidades de conservação acerca da implementação do Programa Bolsa Verde

3.1. Metodologia

Partiu-se de uma perspectiva quantitativa transversal com o objetivo de formular inferências causais a partir de determinadas hipóteses dedutivas¹⁰. Este tipo de pesquisa de levantamento almeja abordar diferentes categorias, conceitos e variáveis por meio de um instrumento que seja preciso e rápido em sua aplicação¹¹.

Para realizar esta pesquisa foi utilizado um questionário eletrônico contendo 37 questões (ver anexo D). As questões podem ser separadas em duas categorias: perguntas fechadas onde existe um número limitado de alternativas de resposta, e perguntas abertas que solicitam a opinião dos respondentes e não possuem limite de caracteres. Cada questão foi planejada para atender um objetivo específico.

O MDS recebeu todos os dados coletados pelo ICMBio. Entretanto, não possuímos informações aprofundadas do detalhamento e motivação de todas as perguntas existentes no questionário. Os temas abordados encontram-se descritos no quadro 1.

¹⁰ MINAYO, M. C. de; SANCHES, O. Quantitativo - qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

¹¹ FOWLER, JR. Pesquisa de Levantamento, 2011.

Quadro 1 – Temáticas abordadas pela pesquisa com gestores

I.	Avaliação geral do Bolsa Verde no local, de sua contribuição para a conservação ambiental e para a melhoria das condições de vida dos beneficiários
II.	Dúvidas com relação ao programa, solicitações não satisfeitas e satisfação com a orientação recebida;
III.	Desafios de implementação e iniciativas propostas para a superação destes
IV.	Tempo despendido com o Bolsa Verde vis a vis outras atividades
V.	Principais problemas enfrentados pelos beneficiários
VI.	Grau de conhecimento dos beneficiários sobre o programa, orientações ofertadas pela gestão e temáticas relevantes a serem abordadas em materiais de disseminação de informações
VII.	Erros de exclusão e inclusão (famílias não atendidas que deveriam ser incluídas no programa e vice versa) e relação com o gestor local do Cadastro Único
VIII.	Presença e características de assistência técnica à produção

A coleta de dados foi realizada utilizando a plataforma *Google Forms*. Os dirigentes receberam um informativo por e-mail solicitando o preenchimento do formulário, que esteve disponível para preenchimento no período de 1º de julho de 2014 a 1º de outubro de 2014. Ele foi enviado para todos os responsáveis pelas 70 Unidades de Conservação (UC) com o Programa Bolsa Verde já implementado e houve 42 respostas válidas¹². Nestas 42 áreas residiam 2.910 famílias beneficiárias do Bolsa Verde (4,03% do total de famílias atendidas) e incluíam áreas sob gestão do ICMBio, INCRA e SPU.

A taxa de retorno pode ser considerada alta. Ao verificarmos a quantidade de respondentes por bioma preponderante da unidade do ICMBio, percebe-se que em apenas 3 biomas a taxa de resposta foi inferior a 60% se comparado ao quantitativo total de unidades do ICMBio. Os dados detalhados por bioma podem ser verificados na tabela 1.

Tabela 1 – Número de Respostas segundo o bioma da UC

Bioma	Quant. Respondentes	Quant. Total de Unidades ICMBio	% de Resposta
Amazônia	29	52	55,8%
Amazônia - Marinho Costeiro	0	1	0,0%
Caatinga – Marinho Costeiro	2	2	100,0%
Cerrado	2	3	66,7%
Cerrado - Marinho Costeiro	0	1	0,0%
Cerrado na Amazônia legal	0	1	0,0%
Mata Atlântica	2	2	100,0%

¹² Deve-se destacar que foram recebidos um total de 43 formulários preenchidos por 41 respondentes distintos. Um gestor respondeu equivocadamente o questionário 2 vezes. E outro gestor é responsável por 2 UC's, tendo enviado respostas para cada uma delas. Sendo assim, temos 42 respostas no total.

Bioma	Quant. Respondentes	Quant. Total de Unidades ICMBio	% de Resposta
Mata Atlântica – Marinho Costeiro	5	6	83,3%
Informação não encontrada	2	0	-
Total	42	68	61,8%

Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

Com relação à representatividade geográfica, a amostra possui Unidades de Conservação em 13 Unidades Federativas, distribuídas entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, como pode ser visto detalhadamente na tabela 2.

Tabela 2 – Número de Respostas segundo a Unidade da Federação da UC

Unidade da Federação	Quantidade
Acre	4
Alagoas	1
Amazonas	9
Amapá	1
Bahia	4
Ceará	2
Maranhão	2
Pará	9
Paraíba /Pernambuco*	1
Rondônia	4
São Paulo	1
Tocantins	2
Informação não encontrada	2
Total	42

*Resex Acaú Goiana se estende por 2 UF's

Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

3.2. Análise de Percepções

3.2.1. Avaliação geral do Bolsa Verde no local, de sua contribuição para a conservação ambiental e para a melhoria das condições de vida dos beneficiários

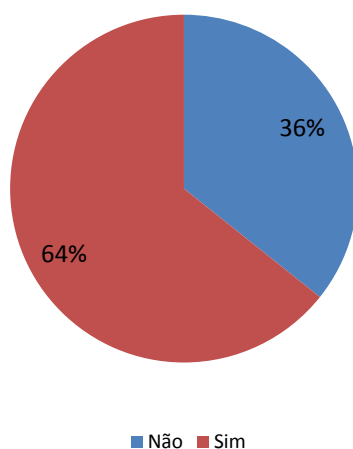
De acordo com os gestores das UC's, o programa BV tem um grande potencial de fazer a diferença no cotidiano das famílias, mas para isso, o programa necessita realmente dar foco ao meio ambiente, e vir acompanhado de informação, capacitação e de cursos futuros para as famílias, acompanhando as atividades e monitorando. Da forma como é feito atualmente, só a adesão ao Programa, não tem efetividade para o meio ambiente, é necessário um

comprometimento com a conservação. Conforme explicitado por um dos gestores no trecho destacado a seguir:

O programa faz uma grande diferença no cotidiano das famílias, mas o programa tem a oportunidade de realmente dar foco ao meio ambiente, se vier acompanhado de informação, capacitação e de cursos futuros para as famílias, acompanhando as atividades e monitorando. Da forma como é feito atualmente, só o *Busca Ativa* e coleta de assinatura, não tem efetividade para o meio ambiente, precisa vir com um acordo e comprometimento do meio ambiente.

Não obstante a essa análise, a maioria dos gestores das UC's quando indagados sobre a contribuição que o Programa Bolsa Verde tem para incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável) entendem que o Programa contribui para conservação (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Percepção dos Gestores das UC sobre a Contribuição do PBF para a conservação ambiental.

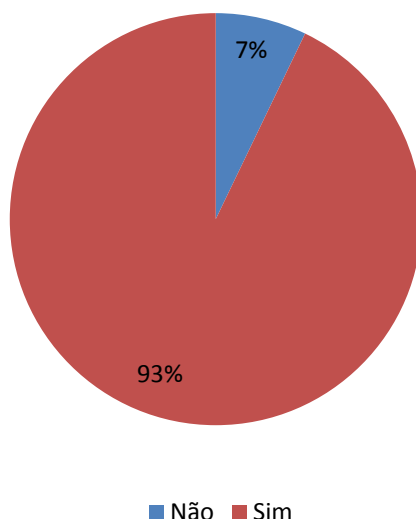


Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

Pergunta : Bolsa verde contribui para a conservação?

Apesar de 36% dos dirigentes entenderem que o Programa não contribui para a conservação, o impacto do Programa na melhoria das condições de vida dos beneficiários é real na percepção de 93% dos gestores (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Percepção dos Gestores das UC sobre a Contribuição do PBF para Melhoria das Condições de Vida dos Beneficiários do Programa.



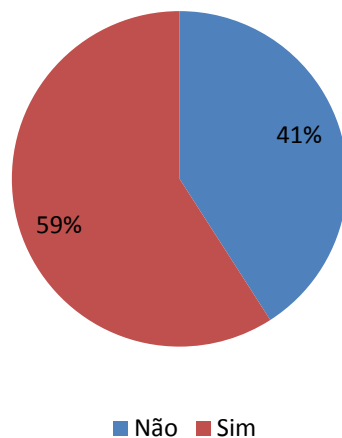
Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014
Bolsa Verde melhora as condições de vida dos beneficiários?

3.2.2. Solicitações não satisfeitas e satisfação com a orientação recebida, dúvidas com relação ao programa;

Nesta seção, os gestores discorreram sobre a existência de solicitações realizadas por eles aos órgãos gestores do PBV que não foram atendidas, sendo que 59% dos gestores afirmou possuir solicitações que não foram atendidas. De acordo com os gestores, no início da implantação do Programa Bolsa Verde, a equipe gestora do Programa se dirigiu às UC's e realizou mutirões e os primeiros termos de adesão foram assinados em reuniões comunitárias, com explicações de como era o programa.

Como pode ser visto no gráfico 3, a maioria das UC's possuem solicitações/pendências não satisfatoriamente atendidas em relação ao Programa Bolsa Verde. Existindo também a necessidade de um maior esforço por parte dos gestores do Programa Bolsa Verde de responder as indagações dos gestores das UC's.

Gráfico 3 - UC possui solicitações não atendidas?



Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

Os gestores das UC's que tiveram solicitações não atendidas demonstraram ter os problemas similares: não conseguir informação sobre o Programa. Eles não conseguem incluir ou excluir beneficiários e ainda não sabem responder às pessoas sobre o porquê de muitas famílias terem assinado o Termo, mas nem todas estarem recebendo o benefício.

As críticas mais recorrentemente apresentadas pelos dirigentes em relação à atuação da Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais do ICMBio (COPCT) na implementação do Programa Bolsa Verde foram quanto à morosidade do órgão gestor do Programa em responder os questionamentos, em especial, a necessidade de obter informações urgentes sobre centenas de pessoas que assinaram os termos de adesão e não foram beneficiadas pelo programa. Em seguida, é citada a necessidade da COPCT capacitar os gestores locais. E por último, é lembrada a necessidade de um benefício ligado à conservação ter um método para avaliar como as pessoas contribuem para a conservação, bem como um sistema que exclua do Programa as pessoas que não conservam o meio ambiente.

Após verificar a existência de muitas dúvidas não sanadas, os gestores foram indagados sobre quais são as principais dúvidas que eles ainda possuíam sobre o funcionamento do Programa. As respostas mais recorrentes foram agrupadas por tema e elencadas em ordem de ocorrência, do mais recorrente para o menos recorrente (Quadro 2).

Quadro 2 – Principais dúvidas dos gestores de UC

Tema	Dúvidas citadas
1. Regras de perfil para recebimento do benefício	Quem pode receber? Porque pessoas com o mesmo perfil dos beneficiários não recebem? Quais os critérios para a escolha dos beneficiários? Aposentados podem receber?
2. Procedimentos de inclusão de beneficiários	Como efetuar a inclusão de pessoas no Programa?
3. Procedimentos e critérios de exclusão de beneficiários	Como excluir pessoas que não cumprem as regras do Programa? Porque não existe critério ambiental para retirar alguém do programa?
4. Monitoramento	Como é feito o monitoramento dos beneficiários do programa?
5. Regras de repasse do benefício	Quando as pessoas que não recebem vão começar a receber? Porque algumas pessoas recebem uma vez e depois deixam de receber?
6. Saque do benefício	O saque só pode ser feito com o cartão do Bolsa Família ou pode ser utilizado o cartão cidadão?

Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

Ao analisar os dados percebe-se uma grande preocupação e desconhecimento sobre as regras básicas do Programa. E essas dúvidas impõem desafios para a implementação do mesmo.

3.2.3. Desafios de implementação e iniciativas propostas para a superação destes

Todos os dirigentes que responderam a pesquisa deixaram claro que ainda existem muitos desafios a uma execução eficiente do Programa, sendo que os principais desafios são:

- Erros de exclusão e inclusão;
- Falta de informação para prestar aos beneficiários;
- Dificuldades de acompanhamento;
- Escassez de ações de conscientização ambiental;
- Acompanhar o andamento do pagamento;
- Falta de documentação dos moradores;
- Falta de autonomia da UC para gerenciar o Programa;

Sobre os erros de exclusão e inclusão, mencionou-se a necessidade de incluir as famílias mais necessitadas da UC no programa; a falta de critério na escolha dos beneficiários; a existência de famílias que não residem mais na UC e que tentam se passar por moradores para receber o

benefício; a necessidade de ter a lista atualizada de beneficiários para saber quem tem direito ao benefício; e que beneficiários que não conservam o ambiente não deveriam ser contemplados.

Sobre as dificuldades de acompanhamento, os gestores apontaram o desafio de localizar as famílias contempladas para a assinatura do termo, bem como a dificuldade de monitorar o cumprimento do termo; o difícil acesso a algumas comunidades, ao que se conecta a falta de recursos para acompanhar os beneficiários *in loco*; e a ausência de um método objetivo, quantitativo, para monitoramento do cumprimento de cláusulas do termo de adesão.

A respeito da conscientização ambiental, ressaltou-se a necessidade de fazer as pessoas compreenderem que o Bolsa Verde está relacionado à conservação ambiental e a falta de iniciativas voltadas à conscientização dos beneficiários, tais como capacitações e palestras.

Resumindo, percebe-se que os gestores das UC gostariam de ter mais informações para prestar aos beneficiários e de participar mais ativamente do processo de inclusão e exclusão de beneficiários. E quase a totalidade dos gestores demonstrou ter enorme interesse no Programa e necessitam de maior auxílio com capacitações, informações, critérios claros e mais autonomia para gerenciar o Programa e superar os desafios.

Quando questionados sobre quais iniciativas poderiam ser adotadas pela Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais (COPCT) para superar esses desafios os gestores listaram os itens agrupados no Quadro 3.

Quadro 3 – Iniciativas a serem adotadas pela COPCT para superar desafios (agrupadas por áreas de atuação)

Área	Propostas
Comunicação	Melhorar a comunicação entre as UC e os órgãos gestores do Programa;
Concessão de benefício	Aumentar o número de bolsas; e checar com os gestores das UC's antes de conceder as bolsas e apoiar solicitações de inclusão e exclusão das famílias beneficiárias que não foram aprovadas;
Gestão de cadastro e benefícios	Melhorar o cadastro de beneficiários e orientar o gestor a identificar qual dos cônjuges na família que tem o nome inserido no Cadastro Único; fazer um sistema com informações mais detalhadas como os dias que os beneficiários receberam o recurso, quanto foi, e se tiver algum problema indicar qual; disponibilizar lista das famílias aptas ao programa, a partir do cadastro da unidade; e fornecer uma previsão para as famílias que ainda não recebem o benefício e até mesmo uma resposta por escrito, de maneira que passaria mais

Área	Propostas
	confiança a comunidade; atuação do ICMBio junto às demais instituições para retirar os documentos básicos (CPF e Carteira de Identificação).
Capacitação	Fazer encontros e seminários com os participantes do programa e servidores do ICMBIO para discussão de melhorias no programa e novos caminhos a serem traçados; disponibilizar pessoas com domínios das experiências que vem sendo desenvolvidas em outras regiões; atividades de capacitação e desenvolvimento de assessoramento técnico para o desenvolvimento das atividades das comunidades, que foram identificadas como essenciais.
Estrutura	Disponibilizar mais recurso logístico e humano para auxiliar, principalmente veículos para realizar o trabalho.

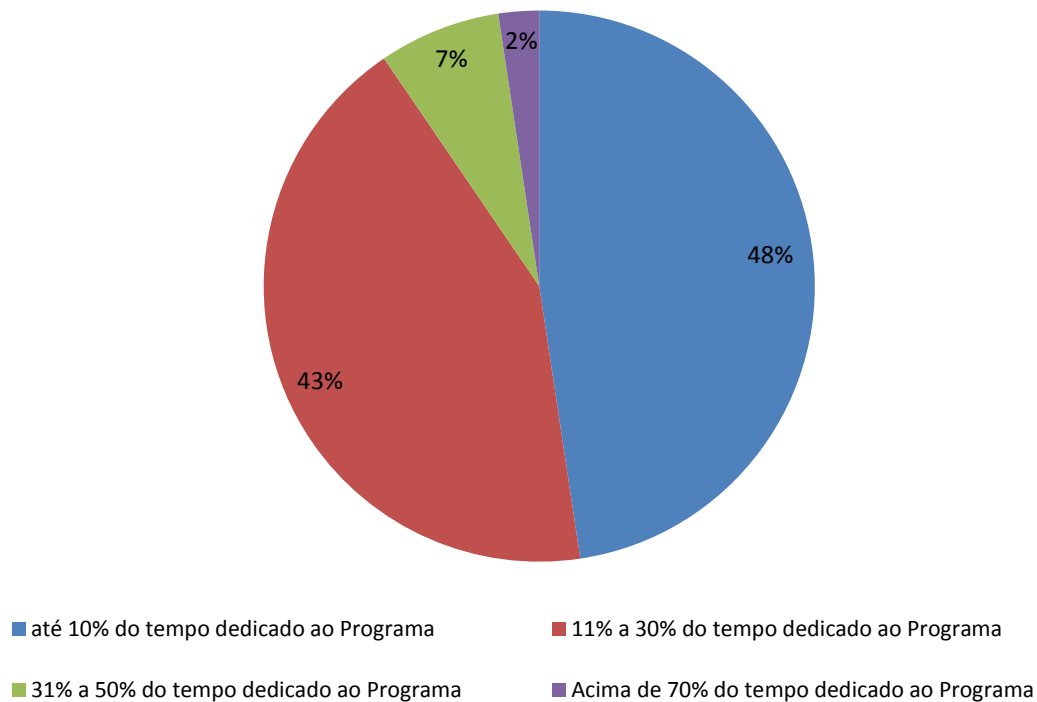
Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

Como pode ser visto nos dados coletados, a principal iniciativa requisitada pelos gestores das UC's é uma melhoria da comunicação entre as Unidades de Conservação e os gestores do Programa. Assim como, capacitações para os gestores das UC's. Outra iniciativa interessante sugerida por um dos gestores é a confecção de material de divulgação específico para o Programa e incentivo à inclusão de novos beneficiários, o que seria de grande valia.

3.2.4. Tempo despendido com o Bolsa Verde, orientações ofertadas pela gestão e temáticas relevantes a serem abordadas em materiais de disseminação de informações

Aproximadamente metade (48%) dos gestores destina até 10% do seu tempo ao Programa Bolsa Verde, e apenas 9% dedicam mais de 30% do tempo, como pode ser visto no gráfico 18.

Gráfico 18 - Tempo destinado ao Bolsa Verde

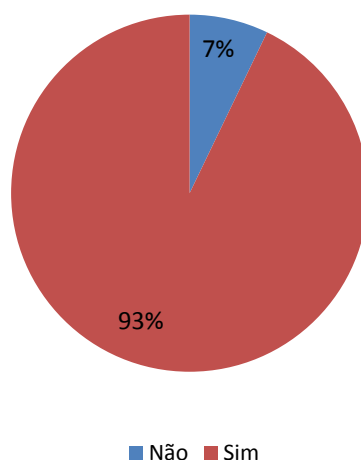


Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

O principal fator para a baixa quantidade de tempo destinado a execução do Programa é o de que as UC's contam geralmente com apenas um servidor, ou no máximo dois, sendo uma equipe muito diminuta para a grande quantidade de demandas da UC. Em virtude do montante considerável de recursos destinados ao programa o ideal é que existisse um acompanhamento mais próximo dos beneficiários e fiscalização do cumprimento das metas pactuadas.

Como pode ser visto no gráfico 19, a grande maioria dos beneficiários do Programa BV foi orientada ou recebeu esclarecimentos em relação ao funcionamento do Programa, sendo que apenas uma parcela diminuta não recebeu nenhum tipo de orientação.

Gráfico 19 – Distribuição dos Beneficiários Segundo o Recebimento de orientação/ esclarecimento sobre o Programa



Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

As capacitações foram feitas majoritariamente nas reuniões para apresentação do Programa, e esporadicamente nos momentos quando os beneficiários aparecem para tirar alguma dúvida.

Os beneficiários procuram os gestores para principalmente tirar dúvidas de procedimentos sobre questões ambientais, para não virem a cometer infrações que possam comprometer o benefício que recebem do Programa Bolsa Verde.

Os gestores ao serem questionados sobre quais questões eles consideram importantes para serem abordadas em uma publicação informativa sobre o PBV dirigido aos beneficiários das UC's destacaram a necessidade de focar:

- a) Compromissos do programa, objetivo do programa e o que se espera dos contemplados;
- b) Documentos e informações necessárias;
- c) Critérios de seleção dos beneficiários;
- d) Qual o valor do benefício, de quanto em quanto tempo se recebe o benefício, por que está recebendo o benefício, explicar como a pessoa pode perder o benefício; Quem realmente é o responsável pelo pagamento; A quem recorrer quando os pagamentos não estão ocorrendo.

Os gestores enfatizaram ainda que deveria ser uma publicação muito lúdica considerando que a maioria dos beneficiários são analfabetos (na percepção dos gestores).

Destacamos o trecho a seguir apresentado por um dos dirigentes entrevistados por demonstrar sinteticamente os principais pontos que terão de ser abordados em uma futura publicação:

Acredito que deve ser destacado o perfil de beneficiário do Programa e de que forma essas pessoas podem contribuir para assegurarem esse direito; Demonstrar a importância da participação das comunidades das UCs nas ações de conservação juntamente com a equipe gestora e o conselho deliberativo; Alertar que atualizarem suas informações junto ao Cadastro Único, pois devido à falta de alguma informação no CadÚnico ou informação desatualizada pode ocorrer de um beneficiário deixar de receber o benefício.

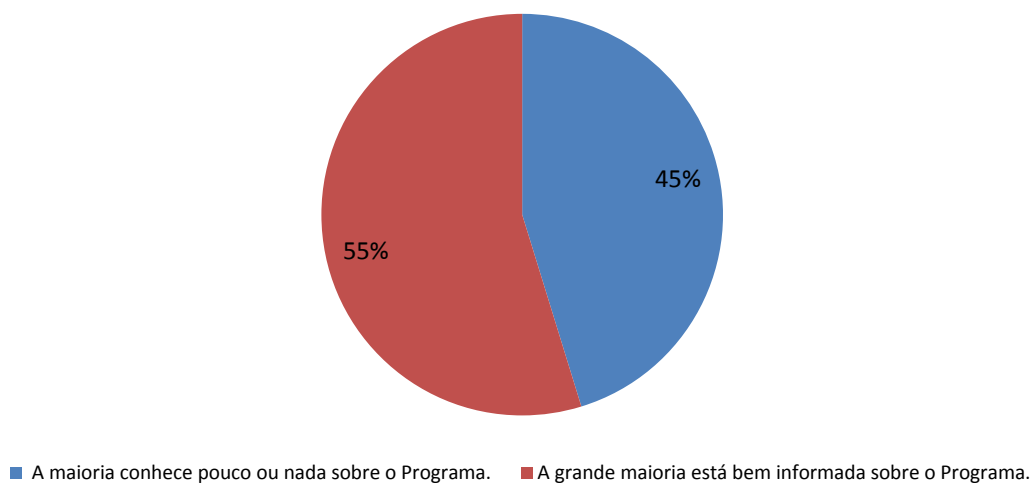
No tocante a quão importante seria para o dirigente da UC ser contatado por um técnico da equipe do Programa Bolsa Verde para acompanhá-lo na execução do Programa em sua unidade, a maioria dos Gestores destacam quão importante seria ter mais apoio na operacionalização do Programa.

3.2.5. Principais problemas enfrentados pelos beneficiários e grau de conhecimento dos beneficiários sobre o programa

De acordo com os dirigentes, existem quatro problemas que os beneficiários enfrentam frequentemente: a lacuna temporal entre assinatura do termo de adesão e início do recebimento do benefício; as grandes distâncias a serem percorridas pelos beneficiários para sacar o benefício; dificuldade para o recebimento, pois o cartão do Bolsa Família, utilizado para os saques do benefício, nem sempre funciona; e falta de esclarecimentos sobre razões pelas quais algumas famílias são beneficiárias e outras não.

O gráfico 19 apresenta a percepção dos dirigentes quanto ao nível de informação dos beneficiários do BV. Pode-se constatar que apesar da maioria dos beneficiários conhecer bem o programa, uma grande parte ainda possui pouco ou nenhum conhecimento sobre o Programa Bolsa Verde.

Gráfico 19 - Nível de informação dos beneficiários sobre o Programa por UC



Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

Nos locais onde os gestores informaram que a maioria dos beneficiários conhece pouco ou nada sobre o Programa, o principal motivo apresentado para tal desconhecimento é que embora tenham sido esclarecidos todos os detalhes do Programa, a maioria dos beneficiários não possui interesse em saber de fato como funciona, querendo apenas o benefício.

3.2.6. Erros de exclusão e inclusão (famílias não atendidas que deveriam ser incluídas no programa e vice versa) e relação com o gestor local do Cadastro Único

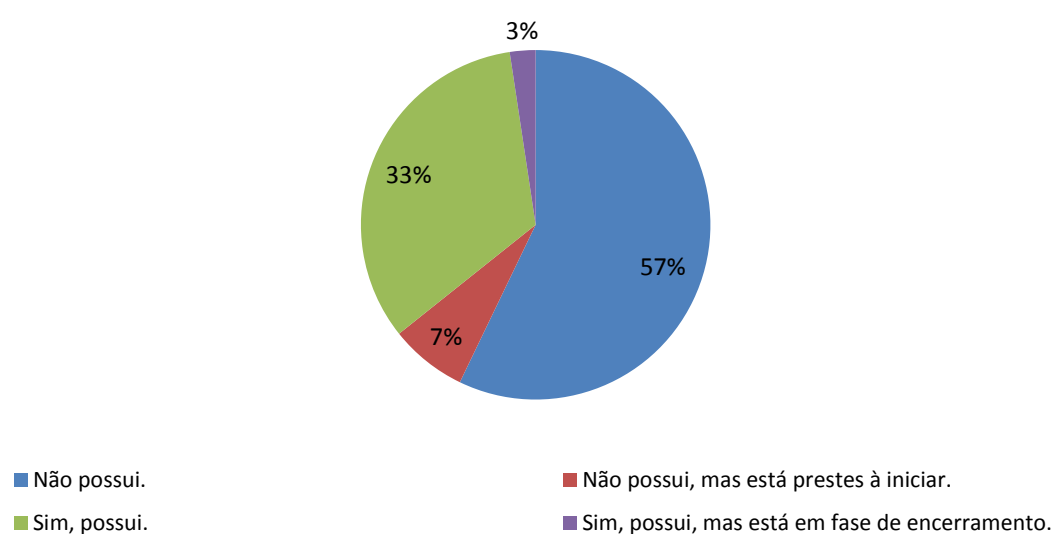
No tocante a existência de algum contato entre a gestão da Unidade de Conservação e o responsável pelo CadÚnico no município para a identificação cadastral dos beneficiários da unidade, verificou-se que 38% dos dirigentes nunca teve contato com o responsável pelo CadÚnico no município .

3.2.7. Presença e características de assistência técnica à produção

No tocante a existência de serviços de assessoramento técnico (ATER) em execução ou a iniciar na UC, notou-se a existência de vários serviços de assessoramento diferenciados em cada UC e com períodos variados de execução, contudo, foi possível identificar que o mais recorrente é o ATER extrativista do INCRA, citado por 14% dos gestores.

Já em relação à existência de algum serviço de assistência técnica ou de assessoramento técnico em apoio às atividades produtivas dos beneficiários desta unidade. Destaca-se que mais da metade das UC's não possuem nenhum serviço de assistência. A 57% dos gestores lembraram da grande importância que este tipo de assistência possui, sendo que alguns gestores disseram que esta assistência é ainda mais importante que a existência do Bolsa Verde (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Existência de serviço de assistência técnica em apoio às atividades produtivas dos beneficiários



Fonte: Pesquisa de avaliação da execução do Programa Bolsa Verde, ICMBio, 2014

4. Conclusões

As informações aqui apresentadas revelaram que este grupo, embora com perfil para estar no Cadastro Único, constitui um subgrupo específico. Tal especificidade reside no fato de que, de uma forma geral, os beneficiários PBV possuem condições de vida mais precárias do que o conjunto dos indivíduos do CadÚnico.

O programa possui muitos problemas, existe uma enorme falta de informação, os gestores não sabem como ou não conseguem ser respondidos sobre como incluir e excluir beneficiários Programa, não sabem porque algumas famílias recebem o benefício e outras que também assinaram o Termo de Compromisso não recebem e tampouco sabem quais são os critérios de conservação que devem ser seguidos.

Em virtude da falta de monitoramento do Programa o mesmo é encarado por muitos apenas como um instrumento de transferência de renda, não existindo nenhuma penalidade para aqueles que não realizam a conservação.

O público alvo do programa é geralmente composto de analfabetos funcionais ou analfabetos de fato, sendo assim, todas as capacitações e cartilhas de instrução devem ser extremamente lúdicas.

É necessário realizar um esforço em auxiliar os potenciais beneficiários em obtenção de documentos necessários (CPF, RG), pois muitos não possuem os mesmos.

Existe uma noção errônea de muitos beneficiários de que o Programa é um complemento do Bolsa Família, não despertando o interesse em saber os critérios de conservação. Por conta disso, as dúvidas dos beneficiários consistem majoritariamente de questões quanto ao repasse do recurso.

Existe uma grande necessidade de mais pessoas para realizar as atividades da UC e a necessidade de disponibilização de veículos de transporte para os gestores poderem acompanhar a efetividade do Programa.

E principalmente, existe uma grande necessidade de capacitação tanto dos gestores quanto dos beneficiários quanto as regras do Programa. O PBV tem um grande potencial de fazer a diferença na vida de muitas famílias, mas para isso, o programa necessita realmente ter foco, e vir acompanhado de informação, capacitação e de cursos para as famílias, acompanhando as atividades e monitorando a conservação.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO BOLSA VERDE COM GESTORES LOCAIS DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Indicação de data e hora

1. Chefe da unidade de conservação.

2. Endereço eletrônico (exclusivo para quem possui conta no Gmail).

3. Selecione sua unidade de conservação.

Bioma

Estado

4. Quais são suas principais dúvidas em relação ao Programa Bolsa Verde?

5. Quais os maiores desafios enfrentados na execução do Programa Bolsa Verde em sua unidade?

6. Que iniciativas poderiam ser adotadas pela COPCT para superar esses desafios?

Como você avalia o avanço do Programa Bolsa Verde em sua unidade?

Comentários

Você está satisfeito(a) com a orientação recebida para a execução do Programa Bolsa Verde em sua unidade?

Comentários

7. Qual a proporção de tempo comprometido para o Programa Bolsa Verde na gestão da unidade em face das outras atividades desenvolvidas?

8. Comentários,

9. Esta unidade possui solicitações/pendências não satisfatoriamente atendidas em relação ao Programa Bolsa Verde?

10. Caso esta unidade possua solicitações/pendências não satisfatoriamente atendidas em relação ao Programa Bolsa Verde, descreva-a(s) com a maior riqueza de detalhes possível.

11. Você possui senha de acesso para o módulo restrito do sistema bolsa verde MMA?

12. Quais os problemas mais frequentes enfrentados pelos beneficiários do Programa Bolsa Verde em sua unidade?

13. Você considera que os beneficiários da unidade estão bem informados sobre o Programa? Qual a sua percepção?

14. Comentários.

15. Os beneficiários do Programa Bolsa Verde em sua unidade receberam alguma orientação/esclarecimento sobre o Programa?

16. Caso os beneficiários dessa unidade tenham recebido alguma orientação/esclarecimento sobre o Programa Bolsa Verde, descreva, de forma sucinta, como ela foi realizada.

18. Existem famílias a serem incluídas no Programa Bolsa Verde que não integram o banco de dados do Programa?

17. Para a elaboração de uma publicação informativa sobre o Programa Bolsa Verde dirigido aos beneficiários das UCs, que questões você considera importantes para serem abordadas?

Você gostaria de ser contatado por um técnico da Equipe do Programa Bolsa Verde para acompanhá-lo na execução do Programa em sua unidade?

18. Já houve algum contato entre a gestão da Unidade de Conservação e o responsável pelo CADÚNICO no município para a identificação cadastral dos beneficiários da unidade?

19. Caso a resposta a pergunta anterior seja positiva, comente a sua experiência quanto aos resultados obtidos.

Você gostaria de receber apoio da equipe do Bolsa Verde para a realização de um contato com o gestor do CADÚNICO no município?

26. Existe algum serviço de assistência técnica ou de assessoramento técnico em apoio às atividades produtivas dos beneficiários desta unidade?

27. Caso esta unidade tenha algum serviço de assessoramento técnico em execução ou a iniciar, descreva as atividades produtivas contempladas, o nome da instituição parceira e o prazo de execução previsto.

24. Se desejar, utilize esse campo para fazer críticas e sugestões à atuação da COPCT/CGPT na implementação do Programa Bolsa Verde.

25. Se desejar, utilize este campo para fazer uma reflexão sobre o Programa Bolsa Verde, seus desafios e oportunidades de melhoria para as famílias beneficiárias e a gestão da UC.

20. Você considera que o Programa Bolsa Verde tem contribuído para incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável) em sua unidade?

22. Você considera que o Programa Bolsa Verde contribui para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias na sua unidade?

23. Comentários.

21. Comentários